

## EDUCAÇÃO PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO EM ESCOLAS DO CAMPO<sup>1</sup>

**Raimunda Alves Melo**

*Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora Assistente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – UFPI. E-mail: raimundinhamelo@yahoo.com.br*

**Antonia Dalva França – Carvalho**

*Doutora em Educação, Currículo e Ensino pela Universidade Federal do Ceará-UFC/FACED. Integrante do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI. E-mail: adalvac@uol.com.br*

### Resumo

O presente estudo tem como objetivo registrar uma discussão sobre experiências de Educação para a Convivência com o Semiárido desenvolvidas em escolas do campo no município de Castelo do Piauí. Esses projetos foram realizados a partir da mobilização do Programa Selo UNICEF Município Aprovado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e escolas públicas municipais. O trabalho se baseou na análise do relatório geral dos projetos e em entrevistas com educadores. A discussão foi fundamentada em teóricos como Lima (2008), Fernandes (2005) e Malvezzi (2007) e outros. O resultado apontou que as escolas do campo desenvolvem um trabalho voltado para o contexto do Semiárido, possibilitando aos estudantes a construção de conhecimentos voltados para a valorização do lugar em que vivem.

**Palavras-Chave:** Educação. Semiárido. Escolas do Campo.

### INTRODUÇÃO

Historicamente, o Semiárido costuma ser retratado no País como um lugar de pobreza, seca e poucas oportunidades. Esse quadro vem mudando aos poucos. Mas, ainda se repete a visão equivocada de atraso e de falta de perspectivas, principalmente no campo, sugerindo que os alunos saiam de sua localidade para morar na cidade. Ao contrário disso, a Educação para a Convivência com o Semiárido ensina a transformar o lugar onde se vive e manter raízes e laços de família. Esse reconhecimento vai além da noção de campo e escola apenas como um espaço rural<sup>2</sup> e compreende suas necessidades culturais, direitos sociais e formação integral dos indivíduos.

Como parte das iniciativas de valorização do Semiárido, o Selo UNICEF – Município Aprovado é uma estratégia de mobilização de municípios e Estados do Semiárido brasileiro para a implementação de ações voltadas para assegurar os direitos das crianças e adolescentes dessa região

<sup>1</sup> O artigo decorre de experiências de Educação para a Convivência com o Semiárido desenvolvidas em escolas do campo no município de Castelo do Piauí, a partir da mobilização do Programa Selo UNICEF Município Aprovado.

<sup>2</sup> De acordo com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002), historicamente, o conceito de Educação rural esteve associado a uma educação precária, atrasada, com pouca qualidade e poucos recursos. Ela é vista como pressuposto um espaço rural visto como inferior.

do Brasil. Fortalecendo o município, o UNICEF contribui para a superação de marcantes injustiças – de raça, etnia, gênero, local de origem, idade, entre outras (BRASIL, 2011).

Um dos eixos de trabalho do Selo UNICEF é a *participação social*, caracterizada por um conjunto de atividades que são desenvolvidas, com o objetivo de reforçar a participação social, mobilizar, de forma ampla, escolas, famílias e comunidades por meio de exploração de quatro temas impactantes na vida das crianças e dos adolescentes, entre eles, a Educação para a Convivência com o Semiárido.

O município de Castelo do Piauí, tricampeão em conquistas do Programa Selo UNICEF, mobilizou todas as escolas urbanas e rurais para desenvolverem projetos de Educação para a Convivência com o Semiárido. Neste trabalho, registramos uma discussão sobre experiências desenvolvidas em escolas do campo. Para tanto, inicialmente discutimos questões sobre a Educação para a Convivência com o Semiárido e o currículo das escolas do campo e, logo em seguida, apresentamos o registro das experiências desenvolvidas.

### **Educação para a Convivência com o Semiárido e o currículo das escolas do campo**

A Educação para a Convivência com o Semiárido é uma proposta em sintonia com as indicações da LDB, das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Propõe que a educação seja compreendida no contexto da localidade onde está situada a escola, ensina a mudar o lugar onde se vive, manter raízes e laços com a família e com a comunidade e a compreender o campo como espaço rico cultural, econômico e socialmente.

Malvezzi (2007, p. 13), afirma que convivência com o Semiárido precisa começar dentro das escolas, modificando-se o processo educacional, o currículo escolar, a metodologia educativa e o próprio material didático. Estas discussões partem do princípio de que é possível viver bem e com qualidade de vida mesmo diante das adversidades, basta que se desenvolvam culturas de convivência adequadas ao ambiente, conforme revela: “O segredo da convivência está em compreender como o clima funciona e adequar-se a ele. [...] É preciso interferir no ambiente, mas respeitando as leis de um ecossistema que, embora frágil, tem riquezas surpreendentes”.

Assim, a construção de uma proposta de educação contextualizada para a convivência com o Semiárido não pode limitar-se somente aos aspectos pedagógicos, precisa assumir um caráter político-pedagógico de transformação. Conforme Lima (2008), não pode ser um processo educativo

desenvolvido de forma mecânica e dentro de quatro paredes sem considerar e envolver os elementos sociais e culturais, que tanto influenciam a vida dos sujeitos sociais.

No que se refere ao currículo das escolas do campo, percebemos que nos últimos vinte anos, avançou-se bastante no que diz respeito ao reconhecimento das especificidades, principalmente nos aspectos referentes às adaptações e adequações das propostas curriculares e metodologias para a abordagem do contexto local. A Lei 9.394/96, que definiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional propõe, em seu artigo 28, medidas de adequação da escola à vida no campo, questão que não estava anteriormente contemplada em sua especificidade.

Na oferta da Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I. Conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II. Organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e condições climáticas; III. Adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, p. 25).

Um olhar analítico sobre o Artigo supracitado, emerge o reconhecimento da diversidade sociocultural e do direito à igualdade e à diferença, possibilitando a valorização e reconhecimento do Campo sem, no entanto, recorrer a uma lógica exclusiva e de ruptura com um projeto global de educação para o país. Neste mesmo Artigo, os incisos I e II deixam subtendida a recomendação de se levar em conta as finalidades, os conteúdos, a metodologia e a aprendizagem dos educandos do campo.

O fato é que o currículo se constitui como um importante instrumento utilizado pelas sociedades tanto para conservar, como também para transformar e renovar os conhecimentos historicamente acumulados e socializar os educandos segundo os valores desejados pelos membros destas sociedades (MOREIRA, 2013). Assim, o currículo é o espaço central de atuação de educandos, mas principalmente dos educadores que se ocupam de sua elaboração, construção e materialização.

Nessa perspectiva, o currículo se destaca pela relevância e relação que tem em assegurar o direito de educandos e educadores no que concerne aos saberes e sua diversidade, notadamente no que se refere a sua realidade circundante, sendo relevante pensar numa organização curricular que contemple múltiplas atividades voltadas às diversas dimensões de formação da pessoa humana.

**A Educação do Campo para a Convivência com o Semiárido: uma proposta desenvolvida pelas escolas de Castelo do Piauí**

Ao longo dos últimos cinco anos, as escolas municipais de Castelo do Piauí vem implantando em seus currículos projetos de Educação Convivência com o Semiárido com o objetivo de assegurar o direito de aprender de cada criança e adolescente, sob a ótica de valorização do lugar onde vivem, considerando sua geografia, história e cultura, possibilitando o envolvimento de diferentes segmentos da comunidade escolar e local nos projetos desenvolvidos pelas escolas.

Segundo Brasil (2011), para avançar na discussão e no exercício do direito de aprender, o Selo UNICEF Município Aprovado propõe que as escolas desenvolvam projetos didáticos, oferecendo quatro opções de temas: Como se desenvolve a educação no seu município; Saúde na escola, na família e na comunidade; Meio ambiente e Assistência social e cidadania. A partir da escola do tema, as escolas distribuíram tarefas para as turmas, para que se aprofundasse em aspectos distintos, integrando as atividades aos currículos, sem o abandono de nenhum conteúdo disciplinar.

As pesquisas realizadas pelos alunos evidenciaram, entre outras questões: a escassez e desperdício de água, serviço parcial de limpeza pública, falta de conscientização da população quanto ao destino adequado do lixo, problemas de saúde que afetam a população, os serviços de saúde da comunidade, os impactos ambientais no campo ocasionados pelas queimadas e as riquezas do Semiárido. Após a realização das pesquisas, os dados e informações coletadas foram integrados aos conteúdos curriculares por meio das aulas de português, matemática, ciências, história, geografia, educação física, artes, ensino religioso e inglês.

A interação em sala de aula por meio do estudo do Semiárido aconteceu de várias maneiras: dados estatísticos embasaram problemas matemáticos; a leitura e o entendimento de trechos da pesquisa foram trabalhados nas aulas de português; a realidade local incitou discussões sobre geografia humana; a história do município foi analisada dentro do contexto do país, a partir dos fatos passados e das políticas atuais; incidências de doenças foram abordadas em aulas de ciências; a percepção do outro ajudou na construção do conceito de cidadania.

Professores e alunos realizaram pesquisas sobre o que foi coletado e tentaram encontrar alternativas para resolver os problemas identificados. Nesse sentido, Fernandes, Ceriole e Caldart (2005) orientam que o currículo das escolas do campo incorporem o movimento da realidade social, bem como os aspectos da cultura do Semiárido e os processar em forma de conteúdos formativos.

Foram realizadas, também, seguintes atividades: entrevistas com moradores e trabalhadores rurais; produção de jornais e folders; produção de peças teatrais; divulgação das atividades e debates em rádio; realização de feiras sobre o Semiárido, construção de hortas escolares; realização de mutirões de limpeza nas comunidades; pesquisas e campanhas educativas nos bairros; construção

de viveiros de mudas nativas e frutíferas; revitalização de jardins nas escolas; oficinas de material reciclável; passeios temáticos e aulas de campo; e outras.

Depoimentos dos professores apontam que a realização dos projetos contribuiu significativamente tanto para a formação dos estudantes como também para a formação dos educadores, por meio de uma nova compreensão sobre a vida e a realidade do Semiárido, um sentimento de pertencimento, em relação ao lugar em que vivem, conforme revelam:

*Trabalhar o Semiárido foi como reviver a minha infância, parte de minha história de vida, mas com roteiro, personagens e perspectivas diferentes. Eu visitei lugares, já antes conhecidos e não os reconheci tamanha as suas mudanças. Então entendi por que o projeto pede que ultrapassemos os limites da sala de aula e, até mesmo, da escola: é que falar, por mais significativo seja, e é, nunca traduz tudo que se vivencia (Professora 01).*

*Eu comecei a repensar o Semiárido logo na primeira aula do roteiro quando meus alunos apontaram o Semiárido como “o lugar onde se produz o que comer pelas mãos de pessoas trabalhadoras e que não tem fome só de água e de pão. Hoje, têm mais fome de conhecimento”. Eu me reconheci nesta fala, mas ainda não tinha me dado conta de que sou produto deste Semiárido já melhorado como me definira o senhor Chico Caboclo (Você é fruto dessa terra) em aula passeio a sua comunidade (Professora 02).*

*Percebi que era preciso redirecionar minha visão sobre o Semiárido, enxergá-lo com os olhos dos meus alunos, ou de moradores como o seu Antônio Soares Cavalcante que o veem, hoje, como um espaço de possibilidades de crescimento, como uma fonte de riqueza. (Professora 03).*

Segundo revelações das professoras, a incorporação pela escola, dos saberes da cultura do Semiárido contribui tanto para que os professores ampliem os seus conhecimentos e a sensibilidade na formação do estudante, como também, (re) signifiquem suas concepções sobre o Semiárido.

Nessa perspectiva, Lima (2008) contribui afirmando que:

[...] construir uma proposta de educação contextualizada no Semiárido exige que os professores procurem reaprender a aprender para poder ajudar o seu aluno/a tornar-se um aluno-pesquisador de sua realidade. O aluno/a aprende refletindo sobre sua ação e interagindo no meio social, já o professor, amplia seu olhar sobre o mundo no momento em que se desafia a pensar sobre sua prática no processo de reflexão-na-ação (LIMA, 2008, p. 98).

Dessa forma, é papel da escola contribuir para que os educandos ampliem o seu conhecimento e as capacidades de conhecer, questionar e transformar a realidade e o contexto no qual estão inseridos. A escola tem um papel fundamental na formação das pessoas, podendo contribuir significativamente para a vida dos sujeitos quando incorpora o patrimônio cultural da

sociedade. Assim, trabalhar a Educação para a Convivência com o Semiárido como parte integrante de seu currículo das escolas do campo contribui significativamente para a aprendizagem de conhecimentos relevantes e significativos para os estudantes.

### **(In) Conclusões:**

Os projetos de Educação para a Convivência com o Semiárido desenvolvidos pelas escolas municipais de Castelo do Piauí contribuíram para a promoção dos direitos da criança e do adolescente, respeitando sua própria realidade e a da comunidade a que pertencem. Ao vivenciá-las, estudantes e educadores participaram intensamente da melhoria das condições locais, integrados a outras iniciativas e fortalecidos pelo interesse comum.

As atividades educativas de conscientização possibilitaram grande envolvimento das crianças e dos adolescentes, da comunidade local, e o envolvimento do poder público nas questões relativas às necessidades e potencialidades do Semiárido.

O resultado desse estudo aponta que as escolas do campo desenvolveram um trabalho voltado para o contexto do Semiárido, possibilitando que os estudantes conheçam e construam conhecimentos voltados para a valorização do lugar em que vivem.

### **REFERÊNCIAS**

BRASIL, **Guia de Orientação para os Municípios**. Selo Unicef Município Aprovado – Edição 2009 – 2012, Brasília, 2011.

BRASIL. Lei 9.394 de 20.12.96 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicação. 1996.

FERNANDES, B. M.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. **Referências para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídio**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2005.

LIMA, E. S. **A formação continuada de professores no Semiárido**: valorizando experiências, reconstruindo valores e tecendo sonhos. 2008. 240f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido**: Uma Visão Holística. Brasília: Confea, 2007.

Relatório Municipal: **Educação para a convivência com o Semiárido**. Secretaria Municipal de Educação de Castelo do Piauí, 2011.

MOREIRA, A. F. B. (Org.). **Currículo: questões atuais**. Campinas, SP: Papirus, 2013.